



JUIZ DE FORA
Abril 2015
Nº 260

JORNAL Sinserpu

IMPRESSO

CSPB/FESERP-CSB

Sindicato luta por recuperação salarial

O SINSERPU-JF deu a partida para as negociações 2015.

A reivindicação salarial, carro-chefe das pautas da administração e da AMAC serão: reposição da inflação do período

pelo IPCA e 5% de recomposição das perdas dos anos anteriores. Em assembleias nos dias 19 e 20 de março, as categorias definiram as pautas de reivindicações protocoladas na Prefeitura no dia

24 de março. Até o dia 10 de abril, data do fechamento deste jornal, o sindicato aguardava a convocação da PJF para iniciar os trabalhos.

Leia mais na página 4.



Assembleia reúne trabalhadores para definir reivindicações

Capina continua sem condições de trabalho

PÁGINA 3

2

Congresso
assasina
direitos

3

Terceirização
a todo vapor
na Empav

2

PJF insiste no
favorecimento
político

ATENÇÃO: O horário da **aula de redação** foi alterado a pedido dos alunos. Agora será aos **sábados, às 9h.**

EXPEDIENTE
JORNAL DO SINserpu-JF

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E ASSOCIAÇÕES CIVIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. EMPREGADOS DA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITÁRIO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE SE VINCULEM AO MUNICÍPIO POR CONTRATO DE GESTÃO

Sede: Rua São Sebastião 780
Centro - CEP: 36015-410
Juiz de Fora
Tel (32) 3215-1855

Email: sinserpujf@yahoo.com.br
Site: www.sinserpu.org.br

Diretor de Comunicação
Joaquim Tavares

Jornalista Responsável
Márcia Carneiro

Diagramação
Anelise Medina

Tiragem: 4.000
Impressão: Fox
Distribuição gratuita

'Quem indica' na PJF

Apesar da crise, a Administração não perde o estilo, mantendo a marca do atual governo: o favorecimento político. Na Saúde, por exemplo, as contratações para motorista têm como critério o famoso QI (Quem Indica). Enquanto isso, a realização de concurso reivindicada desde o ano passado pelo sindicato é ignorada.

Tupynambás

Atenção associados ao Tupynambás: a mensalidade do clube teve um reajuste de R\$ 1,00, passando a valer R\$ 10,00 já no próximo dia 30.

Feira do servidor

O SINserpu-JF pretende organizar uma feira para expor e comercializar artesanatos e quitutes feitos pelos servidores. A primeira reunião preparatória será em breve. Para mais informações, entre em contato com o diretor do SINserpu-JF, Tadeu José Vieira, e agende o seu cadastramento. Se você é funcionário da PJF e produz algum trabalho manual, como pintura, tricô, crochê e biscoitinho ou prepara delícias alimentícias, como doces, bolos, biscoitos e pastas, não deixe de participar.

EDITORIAL

O pior Congresso Nacional de todos os tempos está fazendo o país voltar ao período da escravidão. Os deputados aprovaram o Projeto de Lei (PL) 4.330 que libera a terceirização, acabando com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Na prática, os congressistas da chamada bancada BBB (da bala, do boi e da Bíblia mal interpretada) que representam a maioria, trabalham duro para retirar conquistas. Com a aprovação do PL 4.330 direitos como férias, décimo terceiro, seguro desemprego e planos de carreira deixarão de existir para os trabalhadores da CLT.

Servidores também não estão livres da ameaça. A terceirização no serviço público que já é realidade pode aumentar. O projeto fala sobre essa possibilidade com ressalva para as atividades exclusivas de Estado, como regulamentação e

fiscalização.

O objetivo da maioria dos congressistas é aumentar o lucro da classe empresarial, que bancou suas campanhas. Como o capitalismo é perverso para os trabalhadores a situação ficará ainda pior. Estudos já provam que terceirizados ganham em média 30% menos e estão envolvidos em 70% dos acidentes de trabalho que resultam em morte.

É vergonhoso perceber que políticos eleitos pelo povo usam seu poder contra o povo. Os deputados Marcos Pestana (PSDB) e Júlio Delgado (PSB) são traidores. De Juiz de Fora apenas Margarida Salomão (PT) e Wadson Ribeiro (PCdoB) estiveram do lado do trabalhador. E, ironicamente, enquanto o povo pede impeachment da Dilma seus direitos estão sendo tirados pelos políticos que estimulam tais manifestações. Tempos sombrios.

TRATAMENTO DESIGUAL

Desrespeito e discriminação. Este é o sentimento de alguns trabalhadores. O discurso de valorização da administração Bruno Siqueira, infelizmente, ficou na campanha. Prometendo prestigiar os servidores ele até está "cumprindo" sua promessa. Desde, é claro, se o servidor não for de carreira. Para os apadrinhados políticos, além da diferença brutal nos valores dos contracheques, todas as regalias são

permitidas.

O Ministério Público exige o ponto eletrônico, mas não fiscaliza. A PJF acomoda e a discriminação corre solta. "Ficamos na fila esperando dar o horário para bater o ponto, enquanto isso diversos contratados de variadas secretarias chegam e saem na hora que bem entender. E ainda temos que escutar os deboches", afirma um servidor da PJF, que trabalha no prédio da Maria Perpétua.



Servidor da capina continua sem condições de trabalho



Servidores do Demlurb que atuam na capina continuam desrespeitados pela Administração. A categoria segue almoçando em via pública e não tem acesso a banheiro químico.

ENFRENTANDO PIADA “É claro que ficamos incomodados. Quem gosta de comer todos os dias nas calçadas, com sol ou chuva e sendo observado por estranhos?” comenta um servidor. Ele diz que as reações das pessoas são as mais variadas “Tem gente que apenas olha, outras comentam e tem até quem faz piada.” Por conta das denúncias feitas pelo Jornal do SINSERPU-JF, a administração providenciou mesas, cadeiras e fogareiros. Só que a categoria rejeita a alternativa encontrada pela PJF. “Como todo trabalhador,



queremos condições dignas. Reivindicamos almoço em lugar apropriado. Como estamos a cada dia em um bairro diferente, deveríamos ter direito a ticket alimentação para que a gente possa comer nos restaurantes da região”, explica outro servidor da capina.

SEM BANHEIROS Os trabalhadores também não têm banheiro químico. “No centro, pedimos para usar banheiros dos bares, mas muitos comerciantes não deixam ou cobram pelo uso. Nos pontos mais afastados somos obrigados a ir no mato.” Segundo eles, contratados e o pessoal do presídio que também presta o mesmo serviço têm mais atenção que os concursados. “Eles são beneficiados com ônibus e banheiros químicos.”

Sindicato luta pela readmissão de agentes

No final de março o SINSERPU-JF esteve envolvido com as demissões inesperadas dos contratados. O sindicato criticou a forma afobada como a PJF fez a substituição dos trabalhadores. A direção também se empenhou pela readmissão dos concursados que atuavam como contratados. Eles foram chamados pela ordem de aprovação, atendendo a reivindicação do SINSERPU-JF. De acordo com o presidente do sindicato Amarildo Romanazzi, a luta agora é pelo piso e pelo aumento do número de agentes, hoje insuficientes para atender a demanda local. Atualmente, o quadro abarca 150 trabalhadores, sendo que nem todos são efetivos. Pelos critérios do Ministério da Saúde que determinam a existência de 1 agente para mil famílias, a cidade deveria ter 250 profissionais.

Terceirização e sucateamento seguem a todo vapor na EMPAV

Depois da fábrica de manilhas e da usina de asfalto, o alvo do sucateamento da Empav agora é o setor de parques e jardins. No dia 11 de março, a Prefeitura publicou no Diário Oficial a abertura de extrato de contrato para terceirização de serviços no Parque Halfeld e em praças da Zona Norte. Para serviços de limpeza e conservação de sanitários do Parque Halfeld, antes executados por servidor, a PJF e a Empav pagarão R\$79.166,52 por ano. Já para limpeza e poda de gramado das praças da Zona Norte, também feitos por servidores, os contribuintes juizforanos pagarão R\$229.500 por ano.

É a administração Bruno ampliando o domínio da terceirização em JF!

História da solidariedade

Por Vinicius Carneiro
professor de História

Passar em frente de uma loja de calcinhas na Rua Batista de Oliveira me faz sempre pensar com angústia. Queridos leitores, sou professor de história. Ando pela cidade observando passado e presente. A dita loja, num passado distante, foi a sede de um dos primeiros sindicatos operários de Juiz de Fora.

Voltemos no tempo. Na virada do século dezoito para o dezenove, Juiz de Fora era um dos maiores centros industriais do país. Imigrantes do mundo todo buscavam empregos aqui. Com isso, surgiram os primeiros abusos patronais. E também os primeiros sindicatos. **Os tempos eram duros.** A jornada era de 12 horas. Crianças, grávidas e idosos trabalhavam em lugares sem condições.

No **Centro das Classes Operárias**, o sindicato localizado na **Rua Batista de Oliveira**, número 131, se reuniam pedreiros, mestre cervejeiros, alfaiates, tecelões, professores, entre outras muitas profissões. O único requisito para a filiação era não ser patrão ou chefe de fábrica.

O sindicato era pequeno, mas já participava dos primeiros Congressos de Operários Brasileiros. Aderia a manifestações públicas, construía fundos de greve e de pensão, já que não havia aposentadoria na época. Na sede, existia uma escola para os filhos dos operários. O sindicato também organizava piqueniques e passeios regados à cerveja alemã artesanal.

Atuante e combativo, o Centro das Classes Operárias lutou na **primeira greve geral** do Brasil em 1912. Sim, queridos leitores, existiu uma época em que todos cruzavam os braços em solidariedade! E assim o direito a 8 horas de trabalho e o fim do trabalho infantil em Juiz de Fora foram conquistados.

Minha angústia, ao olhar a loja de calcinhas, é perceber que somos como aquele velho prédio. **Há 72 anos não há grandes avanços nas lutas trabalhistas.** Em algum momento da História, fomos mais unidos, não importava a profissão. Assim como o Centro das Classes Operárias, fomos demolidos. Nos preocupamos apenas com o que nos é íntimo, e esquecemos do fundamental: a solidariedade entre operários.

SOLIDARIEDADE É FUNDAMENTAL



PARA MANTER DIREITOS
E AVANÇAR CONQUISTAS

Assembleia aprova reposição pelo IPCA e 5% de recomposição

O SINERPU-JF arregaça as mangas e entra na luta pelos direitos dos servidores. O carro-chefe das negociações será o salário. Este ano a assembleia aprovou o pedido de reposição da inflação do período pelo IPCA e 5% de recomposição das perdas dos anos anteriores.

Em assembleia dia 20 de março, a categoria sacramentou as pautas de reivindicações protocoladas na Prefeitura no dia 24 de março. Até o dia 10 de abril, data do fechamento deste jornal, o sindicato aguardava a convocação da PJF para iniciar as discussões.

Além do reajuste dos salários, os servidores querem a reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e uma nova tabela salarial, que permita o reenquadramento e a criação de novas carreiras. Os trabalhadores cobram, ainda, ticket alimentação no valor de R\$ 300 e o fim do seu vínculo à assiduidade.

CONCURSO E HOMOLOGAÇÃO Concurso público imediato é outro item que consta da pauta de reivindicações. "Voltamos a cobrar a realização de concursos para as áreas que



Diretoria apresenta pauta em assembleia no dia 20 de março

estão com carência, medida que foi prometida na campanha eleitoral pelos atuais administradores e não cumprida", diz o presidente do SINERPU-JF, Amarildo Romanazzi. Além disso, o sindicato defenderá a homologação de todos os processos seletivos internos e a efetivação dos

concurrados que trabalham como contratados na PJF.

A pauta de reivindicações de 2015 possui 29 itens que passam a ser discutidos tão logo os gestores convoquem os representantes do sindicato para as negociações. A pauta em sua íntegra encontra-se no site do SINERPU-JF: www.sinerpujf.org.br.

Pauta da AMAC inclui ações para a sua definição jurídica

SINERPU-JF vai negociar também promoção por mérito e antiguidade, adicional por formação e capacitação, correções das distorções, entre outras reivindicações

Assim como os demais trabalhadores da PJF, os funcionários da AMAC querem reposição da inflação do período corrigida pelo IPCA e 5% de reposição das perdas. Em assembleia realizada no dia 19 de março, a categoria

aprovou a pauta contendo diversos itens a serem negociados.

Devido à indefinição jurídica da AMAC, os funcionários da entidade sentem-se ameaçados. Eles cobram ação imediata da Procuradoria Geral do Município na defesa dos interesses da categoria.

MINISTÉRIO PÚBLICO Uma das exigências da pauta é que a Procuradoria Geral do Município transforme em minuta a proposta elaborada pelo grupo de trabalho, envolvendo o sindicato, AMAC, Associação de Funcionários da AMAC (AFA), Câmara Municipal e Administração. A reivindicação do sindicato é que este documento com base nos estudos da comissão seja encaminhado ao Ministério Público visando à definição do

impasse que perdura desde 2009.

CORRIGINDO DISTORÇÕES Os estudos do grupo de defesa da AMAC propõem a efetivação de todos os funcionários aprovados em processos seletivos externos publicados em Atos do Governo. Além disso, cobram do município e da entidade a responsabilidade de uma alternativa jurídica que contemple os profissionais não concursados.

"A idéia é conseguir meios que possibilitem a transferência gradativa desses trabalhadores para a Administração Direta em um prazo de 10 anos", observa o presidente do sindicato, Amarildo Romanazzi. Nesse período, parte dos profissionais completaria o tempo para aposentadoria e os demais seriam submetidos a concursos públicos.